

economia

Governo anuncia plano contra tarifaço dos EUA

Pacote inclui uma linha de crédito de até R\$ 30 bi para empresas afetadas

/ RELAÇÕES COMERCIAIS

O governo Lula (PT) anunciou ontem o plano de contingência para amparar empresas afetadas pela sobretaxa de 50% imposta a produtos brasileiros pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Batizado de Plano Brasil Soberano, o pacote inclui uma linha de crédito de até R\$ 30 bilhões para ajudar as companhias que foram prejudicadas pelo tarifaço, além do adiamento de impostos federais, maior ressarcimento de créditos tributários e uma reformulação nas garantias à exportação para facilitar a busca de novos mercados.

As ações estão em uma Medida Provisória (MP), com vigência imediata e que precisará ser apreciada pelo Congresso em até 120 dias.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que essa é uma “primeira medida, pode não ser a única”. O objetivo do governo é atender aos mais atingidos nesse primeiro momento, mas o Executivo já monitora possíveis efeitos em outras atividades. Segundo o ministro, os EUA têm adotado uma postura agressiva nas exportações de soja e algodão, o que pode gerar problemas internos no Brasil. “É uma leva de proposições que vão atenuar esse impacto inicial. Vamos ficar monitorando nossas exportações e o comportamento do mercado”, disse.

Um dos principais pilares do



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Ações divulgadas por Lula precisarão ser apreciadas pelo Congresso

plano é a reformulação do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), criado para cobrir riscos em operações de crédito a vendas ao exterior. O fundo tem um superávit de R\$ 50 bilhões, dos quais R\$ 30 bilhões serão direcionados à nova linha de crédito para exportadores, com prioridade para os mais afetados pelo tarifaço e as empresas de menor porte.

Pequenas e médias empresas ainda poderão recorrer a fundos garantidores para acessar o crédito. Haverá aportes de R\$ 1,5 bilhão no Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE), R\$ 2 bilhões no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e R\$ 1 bilhão no Fundo de Garantia de Operações (FGO).

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, disse

que outra medida é a ampliação do Reintegra, programa que prevê o ressarcimento de parte dos tributos para empresas que exportam manufaturados. A devolução será de até 3,1% para as grandes e médias e de 6% para micro e pequenas empresas.

Haddad destacou que essa ampliação valerá até o fim de 2026, pois em 2027 começa a valer a reforma tributária. Segundo ele, o novo sistema vai ampliar a competitividade das companhias brasileiras no mercado externo, sem necessidade do Reintegra. Até lá, o impacto da concessão desses créditos será limitado a R\$ 5 bilhões.

O governo ainda vai estender por um ano o prazo do *drawback*, mecanismo que garante a suspensão, isenção ou devolução de tributos sobre insumos adquiridos para a produção voltada à exportação.

Entenda as medidas do Executivo contra as tarifas norte-americanas

EIXO 1 - Fortalecimento do setor produtivo

▶ Linha de crédito de R\$ 30 bilhões

Segundo o governo, os valores serão emprestados a taxas acessíveis, com prioridade para os mais afetados e as empresas de menor porte. O acesso à linha de crédito está condicionado à manutenção de emprego.

▶ Fundos garantidores

Pequenas e médias empresas poderão recorrer a fundos garantidores para acessar o crédito. Haverá aportes de R\$ 1,5 bilhão no FGCE (Fundo Garantidor do Comércio Exterior), R\$ 2 bilhões no FGI (Fundo Garantidor para Investimentos) e R\$ 1 bilhão no FGO (Fundo de Garantia de Operações).

▶ Modernização do sistema de exportação

Instrumentos que protegem o exportador contra riscos como inadimplência ou cancelamento de contratos. Bancos e seguradoras poderão usar essa garantia em mais tipos de operações. Haverá ainda mecanismos de compartilhamento de risco entre governo e setor privado.

▶ Diferimento de tributos federais

Empresas afetadas poderão adiar o pagamento de tributos federais nos próximos dois meses.

▶ Reintegra

Grandes e médias empresas passam a contar com até 3,1% de ressarcimento, e as micro e pequenas, com até 6%. As novas condições do Reintegra valerão até dezembro de 2026 e terão impacto de até R\$ 5 bilhões.

▶ Regime de drawback

Prorroga, por um ano, o prazo para que as empresas consigam exportar suas mercadorias que tiveram insumos beneficiados pelo regime, que desonera a compra de insumos para exportação. A medida vale para as empresas que contrataram exportações para os Estados Unidos que seriam realizadas até o final deste ano.

▶ Compras governamentais

União, estados e municípios poderão, por 180 dias, fazer compras para seus programas de alimentação (merenda escolar ou hospitais, por exemplo). A medida vale apenas para produtos afetados pelas sobretaxas unilaterais.

EIXO 2 - Proteção de trabalhadores brasileiros

▶ Contrapartida de manutenção de empregos

O acesso às linhas de crédito estará condicionado à manutenção de empregos.

▶ Instauração da Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego

O objetivo é monitorar o nível de emprego nas empresas e suas cadeias produtivas, fiscalizar obrigações, benefícios e acordos trabalhistas, e propor ações voltadas à preservação e manutenção dos postos de trabalho

EIXO 3 - Diploma comercial e multilateralismo

▶ Prevê a abertura de novos mercados, a continuidade das negociações com governo dos EUA, além da atuação do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC)

Fiergs vê avanços, mas aponta insuficiência em medidas

Em nota, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) avalia, preliminarmente, que o Plano de Contingência anunciado pelo governo federal para mitigar os impactos das tarifas de 50% sobre produtos brasileiros, impostas pelos Estados Unidos, é “necessário e relevante para dar fôlego às empresas afetadas, mas insuficiente para garantir a sustentabilidade dos negócios e preservar empregos”. Conforme a federação, a ausência de medidas trabalhistas concretas no plano é preocupante, uma vez que, “somente no Rio Grande do Sul, milhares de postos de trabalho

estão diretamente ameaçados”.

O presidente do Sistema Fiergs, Claudio Bier, afirma que ainda é preciso entender exatamente como as medidas irão funcionar, embora não sejam capazes de restabelecer a competitividade de entrada no mercado dos EUA. “As medidas são paliativas, não resolvem o problema. Ainda precisamos de um plano para preservar os empregos. O governo, acima de tudo, deve manter o foco na negociação diplomática para reduzir as tarifas”, afirma.

Já para a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), as medidas

emergenciais divulgadas são importantes para a preservação das empresas.

O presidente-executivo da Abicalçados, Haroldo Ferreira, avalia que o pacote contemplou, em parte, as solicitações da indústria calçadista nacional. Segundo ele, o setor reconhece medidas importantes, como a ampliação do Reintegra para 3% para todos os exportadores (para os pequenos a alíquota passa a ser de 6%), a suspensão, por um ano, do pagamento de tributos previstos no regime de drawback, e o crédito de R\$ 30 bilhões para empresas exportadoras.

VARIZES

TRATAMENTO ESTÉTICO DE VARIZES
CIRURGIA COM MICROINCISÕES PUNCTIFORMES
ESCLEROTERAPIA DE VARIZES

DR. JOSÉ ARTHUR D. MICKELBERG _ CRMRS 7058

DR. LUIZ ANTÔNIO POSSAMAI _ CRMRS 11050

RUA CASTRO ALVES, 951 - FONES 3331.7711 - 3333.7060

Centro de Dor e Deformidade Orofacial - CENDDOR

Dr. Eduardo GROSSMANN

Cirurgia BucoMaxiloFacial CRO 7247

- ATM - Bruxismo - LASER - Placas
- Inibição Segmentar Neural - Artrocentese

Rua Cel. Corte Real 513 - Petrópolis - Fone: (51) 33314692 & 33314315, Cel.: (51) 99997969 - email :edugrmnn@zaz.com.br